

Coleção • Jacoby Fernandes de Direito Administrativo v. 1

Organização de textos e índice:
Ana Luiza Jacoby Fernandes e J. U. Jacoby Fernandes

LEI Nº 14.133/2021

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Melhor índice remissivo alfabético,
LC nº 182/2021 e indicação dos artigos
correspondentes nas leis que serão
revogadas (Lei nº 8.666/1993, Lei nº
10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011)

FORUM
CONSTITUÍMOS JURADO DE

Belo Horizonte
2021

© 2021 da 1ª edição by Editora Fórum: 5000 exemplares

Coordenação e coaching editorial: Lili Vieira
Colaboração: Daiana Líbia

Capa: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes
Interferência na capa e produção gráfica: Walter Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L525 Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Ana Luiza Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

576 p; 12 x 18cm

Coleção Jacoby Fernandes de Direito Administrativo, v. 1

ISBN da coleção: 978-65-5518-214-9

ISBN 978-65-5518-212-5

1. Direito Administrativo. 2. Licitações. 3. Contratos administrativos. I. Jacoby Fernandes, Ana Luiza. II. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. II. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, Ana Luiza; JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses (Coord.). *Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 576 p. (Coleção Jacoby Fernandes de Direito Administrativo, v. 1). ISBN 978-65-5518-212-5.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do editor, em especial das notas e índice de assuntos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 (PARCIAL)	13
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 - <i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	16
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - <i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	17
TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	17
Capítulo I - Do Âmbito de Aplicação desta Lei.....	17
Capítulo II - Dos Princípios.....	18
Capítulo III - Das Definições.....	18
Capítulo IV - Dos Agentes Públicos.....	25
TÍTULO II - DAS LICITAÇÕES	27
Capítulo I - Do Processo Licitatório.....	27
Capítulo II - Da Fase Preparatória.....	30
Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório	30
Seção II - Das Modalidades de Licitação	37
Seção III - Dos Critérios de Julgamento.....	39
Seção IV - Disposições Setoriais	41
Subseção I - Das Compras	41
Subseção II - Das Obras e Serviços de Engenharia	43
Subseção III - Dos Serviços em Geral.....	45
Subseção IV - Da Locação de Imóveis.....	46
Subseção V - Das Licitações Internacionais	46
Capítulo III - Da Divulgação do Edital de Licitação.....	47
Capítulo IV - Da Apresentação de Propostas e Lances.....	48
Capítulo V - Do Julgamento.....	49
Capítulo VI - Da Habilitação.....	50
Capítulo VII - Do Encerramento da Licitação.....	55
Capítulo VIII - Da Contratação Direta.....	55

Seção I - Do Processo de Contratação Direta	55
Seção II - Da Inexigibilidade de Licitação.....	56
Seção III - Da Dispensa de Licitação	57
Capítulo IX - Das Alienações.....	60
Capítulo X - Dos Instrumentos Auxiliares	62
Seção I - Dos Procedimentos Auxiliares.....	62
Seção II - Do Credenciamento	62
Seção III - Da Pré-Qualificação.....	63
Seção IV - Do Procedimento de Manifestação de Interesse	63
Seção V - Do Sistema de Registro de Preços	64
Seção VI - Do Registro Cadastral	67
TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	68
Capítulo I - Da Formalização dos Contratos	68
Capítulo II - Das Garantias.....	71
Capítulo III - Da Alocação de Riscos	73
Capítulo IV - Das Prerrogativas da Administração.....	74
Capítulo V - Da Duração dos Contratos.....	74
Capítulo VI - Da Execução dos Contratos.....	75
Capítulo VII - Da Alteração dos Contratos e dos Preços	77
Capítulo VIII - Das Hipóteses de Extinção dos Contratos.....	80
Capítulo IX - Do Recebimento do Objeto do Contrato	82
Capítulo X - Dos Pagamentos.....	83
Capítulo XI - Da Nulidade dos Contratos	84
Capítulo XII - Dos Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias	85
TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES.....	85
Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas	85
Capítulo II - Das Impugnações, dos Pedidos de esclarecimento e dos Recursos	88
CAPÍTULO III - DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES	90
TÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS	92
Capítulo I - Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	92
Capítulo II - Das Alterações Legislativas	93
“Capítulo II-B - Dos Crimes em Licitações e Contratos Administrativos ..	93
Capítulo III - Disposições Transitórias e Finais	96
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	99

Capítulo I - Das Disposições Gerais	99
Seção I - Dos Princípios	99
Seção II - Das Definições	102
Seção III - Das Obras e Serviços	105
Seção IV - Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados	107
Seção V - Das Compras.....	108
Seção VI - Das Alienações.....	110
Capítulo II - Da Licitação	113
Seção I - Das Modalidades, Limites e Dispensa	113
Seção II - Da Habilitação	122
Seção III - Dos Registros Cadastrais	127
Seção IV - Do Procedimento e Julgamento.....	128
Capítulo III - Dos Contratos	137
Seção I - Disposições Preliminares.....	137
Seção II - Da Formalização dos Contratos	141
Seção III - Da Alteração dos Contratos.....	142
Seção IV - Da Execução dos Contratos.....	144
Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos.....	146
Capítulo IV - Das Sanções Administrativas e da Tutela Judicial	149
Seção I - Disposições Gerais.....	149
Seção II - Das Sanções Administrativas.....	150
Seção III - Dos Crimes e das Penas.....	151
Seção IV - Do Processo e do Procedimento Judicial.....	153
Capítulo V - Dos Recursos Administrativos	153
Capítulo VI - Disposições Finais e Transitórias.....	154

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 - *Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.* 159

LEI Nº 12.462, DE 5 DE AGOSTO DE 2011 (PARCIAL) - *Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; [...]*..... 163

LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021 (PARCIAL)
· Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. 186

DECRETO Nº 3.555, DE 08 DE AGOSTO DE 2000 - <i>Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns</i>.....	194
Anexo I - Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão	194
DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 - <i>Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011</i>.....	201
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 - <i>Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal</i>.....	231
ÍNDICE DE ASSUNTOS	248